

STJ00113877

André de Carvalho Ramos

# Curso de Direitos Humanos

9ª edição  
2022

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência editorial e de projetos** Fernando Penteadó

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
 Dalila Costa de Oliveira

**Gerência editorial** Isabella Sánchez de Souza  
**Edição** Daniel Pavani Naveira

**Produção editorial** Daniele Debora de Souza (coord.)  
 Cintia Aparecida dos Santos  
 Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
 Camilla Felix Cianelli Chaves  
 Claudirene de Moura Santos Silva  
 Deborah Mattos  
 Guilherme H. M. Salvador  
 Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Daniela Maria Chaves Carvalho  
 Emily Larissa Ferreira da Silva  
 Kelli Priscila Pinto  
 Klariene Andrielly Giraldi

**Diagramação** NSM Soluções Gráficas Ltda  
**Revisão** Celia Regina Souza de Araujo  
**Capa** Tiago Dela Rosa  
**Produção gráfica** Marli Rampim  
 Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Bartira

**DAOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

R175c Ramos, André de Carvalho  
 Curso de Direitos Humanos / André de Carvalho Ramos. –  
 9. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.  
 1.240 p.  
 ISBN: 978-65-5362-244-9  
 1. Direito. 2. Direitos Humanos. 3. Direito Internacional. 4.  
 ONU. I. Título.

2021-4258 CDD 341.4  
 CDU 341.4

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Direitos Humanos 341.4

**Data de fechamento da edição: 10-12-2021**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9 610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607295 CAE 790032

## SUMÁRIO

Apresentação da 9ª edição.....	25
--------------------------------	----

### PARTE I – ASPECTOS BÁSICOS DOS DIREITOS HUMANOS

#### **Capítulo I – Direitos humanos: conceito, estrutura e sociedade inclusiva .....** **35**

1. Conceito e estrutura dos direitos humanos.....	35
2. Conteúdo e cumprimento dos direitos humanos: rumo a uma sociedade inclusiva.....	36

#### **Capítulo II – Os direitos humanos na história .....** **39**

1. Direitos humanos: Faz sentido o estudo das fases precursoras?.....	39
2. A fase pré-Estado Constitucional .....	40
2.1. A Antiguidade Oriental e o esboço da construção de direitos.....	40
2.2. A visão grega e a democracia ateniense.....	41
2.3. A República Romana.....	42
2.4. O Antigo e o Novo Testamento e as influências do cristianismo e da Idade Média .....	42
2.5. Resumo da ideia dos direitos humanos na Antiguidade: a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos .....	43
3. A crise da Idade Média, início da Idade Moderna e os primeiros diplomas de direitos humanos.....	44
4. O debate das ideias: Hobbes, Grócio, Locke, Rousseau e os iluministas.....	47
5. A fase do constitucionalismo liberal e das declarações de direitos.....	50
6. A fase do socialismo e do constitucionalismo social .....	53
7. A internacionalização dos direitos humanos.....	55

#### **Capítulo III – Terminologia, Fundamento e Classificação .....** **57**

1. Terminologia: os direitos humanos e os direitos fundamentais .....	57
2. Classificação dos direitos humanos.....	61
2.1. A teoria do <i>status</i> e suas repercussões.....	61
2.2. A teoria das gerações ou dimensões: a inexauribilidade dos direitos humanos.....	63
2.3. A classificação pelas funções.....	67
2.4. A classificação pela finalidade: os direitos e as garantias.....	69
2.5. A classificação adotada na Constituição de 1988.....	71
2.5.1. Direitos individuais.....	72
2.5.2. Direitos sociais .....	72
2.5.3. Direito à nacionalidade.....	74
2.5.4. Direitos políticos e os partidos.....	75

2.5.5. Direitos coletivos, difusos e os direitos individuais de expressão coletiva .....	78
2.5.6. Os deveres individuais e coletivos .....	79
2.6. A classificação pela forma de reconhecimento .....	80
2.7. Mínimo existencial e a reserva do possível .....	84
3. Dignidade humana .....	85
3.1. Conceito de dignidade humana e seus elementos .....	85
3.2. Usos possíveis da dignidade humana .....	88
4. Os fundamentos dos direitos humanos .....	92
4.1. O fundamento jusnaturalista .....	92
4.1.1. O jusnaturalismo de origem religiosa e o de origem racional .....	92
4.1.2. O jusnaturalismo de direitos humanos no direito internacional e no STF .....	93
4.2. O positivismo nacionalista .....	96
4.3. As teorias utilitaristas, socialistas e comunistas do século XIX e a crítica aos direitos humanos .....	98
4.3.1. O utilitarismo clássico: Bentham e Stuart Mill .....	98
4.3.2. O socialismo e o comunismo .....	99
4.4. A reconstrução dos direitos humanos no século XX: a dignidade humana e a abertura aos princípios jurídicos .....	100
5. As especificidades dos direitos humanos .....	101
5.1. A centralidade dos direitos humanos .....	101
5.2. Universalidade, inerência e transnacionalidade .....	102
5.3. Indivisibilidade, interdependência e unidade .....	105
5.4. A abertura dos direitos humanos, não exaustividade e fundamentalidade ..	106
5.5. Imprescritibilidade, inalienabilidade, indisponibilidade .....	108
5.6. Proibição do retrocesso .....	110
5.7. A justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCAs) .....	115
5.8. A natureza de <i>jus cogens</i> de determinadas normas de direitos humanos ..	117
6. A interpretação .....	119
6.1. A interpretação conforme os direitos humanos .....	119
6.2. A interpretação dos direitos humanos: aspectos gerais .....	120
6.3. A máxima efetividade, a interpretação <i>pro persona</i> e o princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo .....	125
7. A resolução dos conflitos entre direitos humanos .....	129
7.1. Aspectos gerais: a delimitação dos direitos humanos .....	129
7.2. Teoria interna .....	131
7.3. Teoria externa .....	133
7.4. O princípio da proporcionalidade .....	136
7.4.1. Conceito e situações típicas de invocação na temática dos direitos humanos .....	136
7.4.2. Fundamento .....	138
7.4.3. Elementos da proporcionalidade .....	140
7.4.4. A proibição da proteção insuficiente: o sentido positivo da proporcionalidade .....	143
7.4.5. A regra de colisão previamente disposta na Constituição e a ponderação de 2º grau .....	145

7.4.6. Proporcionalidade e razoabilidade .....	149
7.4.7. Inconstitucionalidade e proporcionalidade .....	150
8. A proteção do conteúdo essencial dos direitos humanos e a “garantia dupla” .....	154
9. Espécies de restrições dos direitos humanos .....	157
9.1. As restrições legais: a reserva legal simples e a reserva legal qualificada.....	157
9.2. Os direitos sem reserva expressa: a reserva legal subsidiária e a “reserva geral de ponderação” .....	158
9.3. As limitações dos direitos humanos pelas relações especiais de sujeição.....	159
9.4. O enfrentamento de situações de emergência à luz dos direitos humanos...	161
10. Os diálogos institucionais e a convivência entre a legitimidade democrática e a proteção dos direitos humanos. O efeito <i>backlash</i> .....	163

## **PARTE II – ASPECTOS PRINCIPAIS DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS, DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS**

<b>Capítulo I – Os três eixos da proteção internacional de direitos humanos .....</b>	<b>169</b>
<b>Capítulo II – O sistema universal (ONU) .....</b>	<b>173</b>
1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos .....	173
2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos .....	174
2.1. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos .....	179
2.2. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	179
3. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).....	181
3.1. Protocolo Facultativo ao PIDESC .....	186
4. Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura.....	188
5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio .....	193
6. Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade.....	196
7. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados .....	198
8. Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes (2016). O Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular (2018) .....	204
9. Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954) .....	208
10. Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961).....	211
11. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.....	213
12. Convenção Internacional sobre a supressão e punição do crime de <i>apartheid</i> .....	216
13. Convenção Internacional contra o <i>apartheid</i> nos esportes .....	218
14. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e respectivo Protocolo Facultativo .....	220
15. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e Protocolo Opcional .....	228
16. Protocolo de Istambul.....	236
17. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras Nelson Mandela).....	237
18. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok) ..	246

19. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado .....	251
20. Convenção sobre os Direitos da Criança .....	260
20.1. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados .....	273
20.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil .....	275
20.3. Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das crianças, relativo aos procedimentos de comunicação.....	280
21. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) .....	284
22. Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.....	287
23. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo .....	291
24. Tratado de Marraqueche sobre acesso facilitado a obras publicadas .....	297
25. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias .....	302
26. Princípios de Yogyakarta sobre orientação sexual – “Mais 10” .....	312
27. Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais .....	318
28. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas .....	323
29. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais .....	326
30. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos .....	330
31. Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) .....	338
32. Princípios Básicos sobre a Independência do Poder Judiciário e os Princípios de Bangalore .....	342
33. O Protocolo de Minnesota sobre Investigação de Mortes Potencialmente Ilícitas.....	347
34. Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei.....	350
35. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986).....	353
36. Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972).....	357
37. Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (“Declaração do Rio” – 1992) .....	361
38. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	364
<b>Capítulo III – O sistema regional americano .....</b>	<b>369</b>
1. A Carta da OEA e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem: aspectos gerais do sistema .....	369
2. Atuação específica da Organização dos Estados Americanos (OEA) .....	372
2.1. A OEA e a valorização da Defensoria Pública .....	372
2.2. Os relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão .....	372
3. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”).....	374
4. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (“Protocolo de San Salvador”) .....	388
5. Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte.....	394
6. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	395
7. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”).....	399

8. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .....	403
9. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado .....	407
10. Carta Democrática Interamericana .....	411
11. Carta Social das Américas .....	414
12. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas .....	416
13. Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância..	419
14. Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância .....	422
15. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas .....	425
16. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú).....	428
<b>Capítulo IV – O sistema do Mercado Comum do Sul (Mercosul) .....</b>	<b>433</b>
1. Aspectos gerais do Mercosul e a defesa da democracia e dos direitos humanos....	433
2. Os protocolos de Ushuaia I e II.....	434
3. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul .....	436
<b>Capítulo V – Mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos: competência, composição e funcionamento .....</b>	<b>439</b>
1. Aspectos gerais do sistema global (ONU).....	439
2. Conselho de Direitos Humanos .....	440
2.1. Relatores especiais.....	441
2.2. Revisão Periódica Universal.....	442
3. Comitê de Direitos Humanos .....	445
4. Conselho Econômico e Social e Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais .....	450
5. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.....	454
6. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.....	455
7. Comitê contra a Tortura .....	459
8. Comitê para os Direitos da Criança .....	468
9. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência .....	471
10. Comitê contra Desaparecimentos Forçados .....	473
11. Resumo da atividade de monitoramento internacional pelos Comitês ( <i>treaty bodies</i> ) .....	475
12. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.....	476
13. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão IDH).....	479
13.1. Aspectos gerais.....	479
13.2. A Comissão IDH e o trâmite das petições individuais .....	480
13.2.1. Provocação e condições de admissibilidade .....	480
13.2.2. A conciliação perante a Comissão .....	482
13.2.3. As medidas cautelares da Comissão.....	482
13.2.4. O Primeiro Informe e possível ação perante a Corte IDH .....	486
13.2.5. O Segundo Informe .....	487
13.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	487
13.3.1. Composição e o juiz <i>ad hoc</i> .....	487
13.3.2. Funcionamento .....	489

13.3.3. Legitimidade ativa e passiva nos processos contenciosos.....	489
13.3.4. O EPAP (ESAP) e o defensor público interamericano .....	490
13.3.5. Contestação, exceções preliminares e provas.....	491
13.3.6. Os <i>amici curiae</i> .....	491
13.3.7. As medidas provisórias.....	492
13.3.8. Desistência, reconhecimento e solução amistosa .....	495
13.3.9. A sentença da Corte: as obrigações de dar, fazer e não fazer .....	495
13.3.10. O recurso cabível .....	496
13.3.11. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: casos contenciosos.....	496
13.3.12. A jurisdição consultiva da Corte IDH .....	545
14. Entes e procedimentos da proteção da democracia no Mercosul .....	557

## **Capítulo VI – O Tribunal Penal Internacional e os direitos humanos .....** **561**

1. Os Tribunais precursores: de Nuremberg a Ruanda.....	561
2. O Estatuto de Roma .....	564
3. A fixação da jurisdição do TPI.....	566
4. O princípio da complementaridade e o regime jurídico: imprescritível e sem imunidades.....	567
5. Os crimes de <i>jus cogens</i> .....	568
5.1. Genocídio .....	568
5.2. Crimes contra a humanidade .....	569
5.3. Crimes de guerra.....	571
5.4. Crime de agressão.....	571
6. O trâmite.....	572
7. Penas e ordens de prisão processual .....	577
8. O TPI e o Brasil.....	577

## **PARTE III – O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS**

1. Da Constituição de 1824 ao Congresso Nacional Constituinte (1985-1987).....	587
2. A Constituição de 1988, fundamentos, objetivos e a internacionalização dos direitos humanos.....	590
2.1. Os fundamentos e objetivos da República.....	590
2.2. A expansão dos direitos humanos e sua internacionalização na Constituição de 1988 .....	591
2.3. A supremacia da Constituição e os direitos humanos .....	592
2.4. Cláusulas pétreas .....	594
3. Os tratados de direitos humanos: formação, incorporação e hierarquia normativa no Brasil .....	601
3.1. As normas constitucionais sobre a formação e incorporação de tratados ....	601
3.1.1. Terminologia e a prática constitucional brasileira.....	601
3.1.2. A teoria da junção de vontades.....	602
3.1.3. As quatro fases: da formação da vontade à incorporação .....	602
3.1.4. A hierarquia normativa ordinária ou comum dos tratados .....	607
3.2. Processo legislativo, aplicação e hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, e seus parágrafos, da CF/88 .....	612
3.2.1. Aspectos gerais .....	612



3.2.2. A situação antes da Emenda Constitucional n. 45/2004: os §§ 1º e 2º do art. 5º.....	613
3.3. A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos e a Emenda Constitucional n. 45/2004.....	614
3.3.1. Aspectos gerais.....	614
3.3.2. As diferentes visões doutrinárias sobre o impacto do rito especial do art. 5º, § 3º, na hierarquia dos tratados de direitos humanos.....	616
3.4. A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos: natureza constitucional (os aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º) e natureza supra-legal (todos os demais).....	618
3.5. O impacto do art. 5º, § 3º, no processo de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos.....	620
3.5.1. O rito especial do art. 5º, § 3º, é facultativo: os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum depois da EC n. 45/2004....	620
3.5.2. O rito especial pode ser requerido pelo Presidente ou pelo Congresso.....	622
3.5.3. O decreto de promulgação continua a ser exigido no rito especial ...	622
4. A denúncia de tratado internacional de direitos humanos em face do direito brasileiro.....	623
5. A aplicabilidade imediata das normas contidas em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.....	625
6. O bloco de constitucionalidade.....	626
6.1. O bloco de constitucionalidade amplo.....	626
6.2. O bloco de constitucionalidade restrito.....	627
7. O controle de convencionalidade e suas espécies: o controle de matriz internacional e o controle de matriz nacional.....	630
8. “O Diálogo das Cortes” e seus parâmetros.....	633
9. A crise dos “tratados internacionais nacionais” e a superação do conflito entre decisões sobre direitos humanos: a teoria do duplo controle.....	636
10. A competência da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.....	639
10.1. O incidente de deslocamento de competência: origens e trâmite.....	639
10.2. A motivação para a criação do IDC e requisitos para seu deferimento.....	639
10.3. A prática do deslocamento.....	640
10.4. As críticas ao IDC.....	644
11. A busca da implementação dos direitos humanos no Brasil.....	647
11.1. O IDH brasileiro e a criação de uma política de direitos humanos.....	647
11.2. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos 1, 2 e 3.....	648
11.3. Programas estaduais de direitos humanos.....	654
12. As principais instituições de defesa e promoção dos direitos humanos no Poder Executivo Federal, após o <i>impeachment</i> de 2016 e a reforma de 2019.....	657
12.1. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.....	657
12.2. A nova regulamentação dos Conselhos de Participação Social.....	660
12.3. Secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos....	662
12.4. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....	664
12.5. Conselho Nacional dos Direitos Humanos.....	665
12.6. Outros órgãos colegiados federais de defesa de direitos humanos.....	668
12.6.1. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.....	668

12.6.2. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE .....	670
12.6.3. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI .....	671
12.6.4. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD.....	671
12.6.5. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP.....	673
12.6.6. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE .....	674
12.6.7. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH..	674
12.6.8. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR....	676
12.6.9. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM.....	676
12.6.10. Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa – CNRDR..	677
12.6.11. Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua .....	677
13. No Poder Legislativo Federal: a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM.....	682
14. Ministério Público Federal e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.....	683
15. A Defensoria Pública da União e a defesa dos direitos humanos.....	686
16. Instituições de defesa de direitos humanos no plano estadual e municipal.....	689
16.1. O Ministério Público estadual.....	689
16.2. A Defensoria Pública do Estado e a defesa dos direitos humanos.....	689
16.3. Os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.....	690
17. <i>Custos legis, custos vulnerabilis</i> e o <i>amicus curiae</i> na defesa dos direitos humanos.....	691
18. A instituição nacional de direitos humanos e os “Princípios de Paris” .....	694
18.1. O conceito de instituição nacional de direitos humanos .....	694
18.2. Os Princípios de Paris.....	695
18.3. A instituição nacional de direitos humanos e a ONU .....	696
18.4. O Brasil e a instituição nacional de direitos humanos.....	698

## **PARTE IV – OS DIREITOS E GARANTIAS EM ESPÉCIE**

1. Aspectos gerais.....	705
2. Destinatários da proteção e sujeitos passivos .....	705
3. Direito à vida.....	708
3.1. Aspectos gerais.....	708
3.2. Início: a concepção, o embrião <i>in vitro</i> e a proteção do direito à vida .....	709
3.3. Término da vida: eutanásia, ortotanásia, distanásia e suicídio.....	712
3.4. Pena de morte.....	713
3.4.1. As fases rumo ao banimento da pena de morte .....	713
3.4.2. O tratamento desumano: o “corredor da morte” .....	716
4. O direito à igualdade.....	717
4.1. Livres e iguais: a igualdade na era da universalidade dos direitos humanos.	717
4.2. As dimensões da igualdade.....	720
4.3. As diversas categorias e classificações doutrinárias .....	721
4.4. O dever de inclusão, discriminação direta e indireta, teoria do impacto desproporcional.....	722
4.4.1. Para obter a igualdade: as medidas repressivas, promocionais e as ações afirmativas.....	725

4.4.2. Discriminação estrutural ou sistêmica e o racismo institucional	733
4.5. A violência de gênero .....	735
4.5.1. Aspectos gerais da Lei Maria da Penha.....	735
4.5.2. Aspectos penais e processuais penais da Lei Maria da Penha e a ADI 4.424 .....	739
4.5.3. A igualdade material e a ADC 19 .....	740
4.5.4. A Lei n. 13.104/2015: o feminicídio .....	741
4.6. Decisões do STF e do STJ sobre igualdade.....	743
5. Legalidade.....	754
5.1. Legalidade e reserva de lei.....	754
5.2. Os decretos e regulamentos autônomos (CF, art. 84, IV) .....	757
5.3. Reserva de lei e reserva de Parlamento .....	758
5.4. Regimentos de tribunais e reserva de lei.....	760
5.5. Resoluções do CNJ e do CNMP .....	760
5.6. Precedentes diversos do STF.....	762
6. Direito à integridade física e psíquica .....	766
6.1. Direito à integridade física e moral .....	766
6.2. A tortura (art. 5º, III e XLIII) e seu tratamento constitucional e internacional.....	767
6.2.1. O crime de tortura previsto na Lei n. 9.455/97.....	770
6.2.2. O tratamento desumano ou degradante .....	772
6.2.3. Tortura e penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes como conceito integral. Diferenciação entre os elementos do conceito na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos (caso irlandês) e seus reflexos no art. 16 da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984 .....	773
6.2.4. Experimentação humana e seus limites bioéticos: casos de convergência com o conceito de tortura .....	774
6.3. Precedentes do STF e do STJ.....	774
7. Liberdade de pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação .....	778
7.1. Conceito e alcance .....	779
7.2. Espécies de censura e a proteção da criança e do adolescente .....	780
7.3. O monitoramento de ideias: o efeito inibidor nas escolas.....	781
7.4. A liberdade de expressão e o efeito inibidor do uso de sanções cíveis e penais na defesa da honra (o crime de desacato é inconvenção?).....	782
7.5. A proibição do anonimato, direito de resposta e indenização por danos.....	787
7.6. A liberdade de expressão e o “discurso de ódio” ( <i>hate speech</i> ).....	788
7.7. Humor, pornografia e outros casos de limite à liberdade de expressão. O racismo recreativo. O “miller-test”.....	790
7.8. Lei de Imprensa e regulamentação da liberdade de expressão. O uso do Direito Penal na repressão à liberdade de expressão .....	793
7.9. Liberdade de expressão em período eleitoral.....	794
7.10. A liberdade de expressão e as <i>fake news</i> .....	797
7.11. A liberdade de expressão e os membros da magistratura e do Ministério Público. ....	798
7.12. Outros casos de liberdade de expressão e suas restrições no STF .....	801
8. Liberdade de consciência e liberdade religiosa.....	804
8.1. Liberdade de consciência .....	804
8.2. Liberdade de crença ou de religião .....	806

8.3. Limites à liberdade de crença e religião .....	809
9. Direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem .....	812
9.1. Conceito: diferença entre privacidade (ou vida privada) e intimidade....	813
9.2. Direito à honra e à imagem .....	814
9.3. Direito à privacidade e suas restrições possíveis .....	815
9.4. Direito ao esquecimento e direito à esperança: o conflito entre a privacidade e a liberdade de informação .....	817
9.5. Ordens judiciais restringindo a liberdade de informação em nome do direito à privacidade .....	823
9.6. Divulgação de informação de interesse público obtida ilicitamente .....	823
9.7. Inviolabilidade domiciliar .....	824
9.7.1. Conceito e as exceções constitucionais.....	824
9.7.2. Proibição de ingresso no domicílio e a atividade das autoridades tributárias e sanitárias .....	827
9.8. Advogado: inviolabilidade do escritório de advocacia e preservação do sigilo profissional .....	828
9.9. O sigilo de dados em geral .....	829
9.9.1. Sigilo fiscal.....	831
9.9.2. Sigilo bancário.....	833
9.10. O COAF e os sigilos bancário e fiscal .....	838
9.11. O CNJ e os sigilos bancário e fiscal .....	840
9.12. Sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica: possibilidade de violação e ausência de reserva de jurisdição.....	841
9.13. O sigilo telefônico e interceptação prevista na Lei n. 9.296/96, inclusive do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. O Sigilo comum e o sigilo qualificado .....	842
9.14. A gravação realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro .....	845
9.15. A interceptação ambiental .....	846
9.16. Casos excepcionais de uso da interceptação telefônica: o “encontro fortuito de crime”, a descoberta de novos autores e a prova emprestada .....	847
9.17. Interceptação telefônica ordenada por juízo cível .....	848
9.18. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	850
9.19. A privacidade e o direito à segurança, à verdade e à justiça: a geolocalização (Caso Marielle) e o uso do WhatsApp .....	854
9.20. Decisões do STF.....	858
10. Liberdade de informação e sigilo de fonte .....	861
10.1. Jurisprudência do STF.....	862
11. Liberdade de locomoção .....	863
11.1. Conceito e restrições à liberdade de locomoção .....	864
11.2. A privação de liberdade após a Lei Anticrime .....	864
11.3. Liberdade provisória com ou sem fiança.....	872
11.4. Prisões nos casos de transgressões militares ou crimes propriamente militares, definidos em lei e as prisões no estado de emergência .....	873
11.5. Enunciação dos direitos do preso .....	874
11.6. Direito a não contribuir para sua própria incriminação .....	876
11.7. Prisão extrapenal .....	879
11.8. Audiência de apresentação ou custódia .....	881
11.9. Sistema prisional, uso de algemas e o estado de coisas inconstitucional ...	884

12. Liberdade de reunião e manifestação em praça pública. O discurso contra-ma-joritário, uso de máscaras e as táticas <i>black block</i> .....	889
13. Liberdade de associação .....	891
13.1. Jurisprudência do STF .....	892
14. Direito de propriedade .....	893
14.1. Conceito e função social .....	894
14.2. As restrições impostas ao direito de propriedade .....	895
14.3. A desapropriação .....	896
14.4. Impenhorabilidade .....	897
14.5. Propriedade de estrangeiros .....	898
15. Direitos autorais .....	900
15.1. Direitos autorais e domínio público .....	900
15.2. A proteção à propriedade industrial .....	902
16. Direito de herança e Direito Internacional Privado .....	903
17. Defesa do consumidor .....	904
17.1. Jurisprudência do STJ .....	905
18. Direito à informação e a Lei de Acesso à Informação Pública de 2011 .....	905
19. Direito de petição .....	908
20. Direito à certidão .....	909
21. Direito de acesso à justiça .....	910
21.1. Conceito .....	910
21.2. A tutela coletiva de direitos e a tutela de direitos coletivos .....	914
21.3. Ausência de necessidade de prévio esgotamento da via administrativa e a falta de interesse de agir .....	914
21.4. Arbitragem e acesso à justiça .....	915
21.5. A independência do Poder Judiciário e a tese do uso do “art. 142” .....	915
21.6. Acesso à justiça e imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro em casos de violações de direitos humanos .....	917
22. A segurança jurídica e o princípio da confiança: a defesa do direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada .....	920
23. Juiz natural e promotor natural. A Lei de Abuso de Autoridade .....	922
23.1. Conceito .....	922
23.2. A Constituição Federal e o juiz natural: o foro por prerrogativa de função .....	924
23.3. Juiz Natural e crimes eleitorais conexos com crimes federais comuns: a Operação Lava Jato .....	930
23.4. Promotor natural, força-tarefa e Gaeco .....	931
23.5. Tribunal do Júri .....	932
24. Direitos Humanos no Direito Penal e Processual Penal .....	936
24.1. Princípios da reserva legal e da anterioridade em matéria penal .....	937
24.2. Os mandados constitucionais de criminalização e o princípio da proibição de proteção deficiente .....	938
24.3. Racismo .....	941
24.3.1. O crime de racismo e sua abrangência: o antissemitismo e outras práticas discriminatórias .....	941
24.3.2. O estatuto constitucional punitivo do racismo e o posicionamento do STF: o caso do antissemitismo e outras práticas discriminatórias .....	944
24.3.3. O racismo homotransfóbico .....	946
24.4. Lei dos Crimes Hediondos, liberdade provisória e indulto .....	949

24.5. A imprescritibilidade de graves violações de direitos humanos .....	950
25. O regramento constitucional das penas e a Lei Anticrime.....	952
26. Extradicação e os direitos humanos .....	956
26.1. Conceito.....	956
26.2. Juízo de deliberação e os requisitos da extradicação .....	957
26.3. Trâmite da extradicação.....	961
27. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa .....	962
27.1. Conceito e seu conteúdo de acordo com o STF .....	962
27.2. O devido processo legal substancial.....	963
27.3. O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição .....	964
27.4. O devido processo legal e a garantia do processo acusatório.....	965
27.5. O devido processo legal e as inovações da Lei n. 13.964/2019 (“Lei Anti-crime”): juiz das garantias e a imparcialidade do juízo.....	967
27.6. O devido processo legal e a investigação criminal pelo poder judiciário: o inquérito das <i>fake news</i> .....	973
27.7. O direito de falar por último .....	978
28. Direito à prova.....	980
28.1. Direito à prova e provas ilícitas. A Lei Mariana Ferrer.....	980
28.2. Aceitação das provas obtidas por meios ilícitos e teoria dos frutos da árvore envenenada. O caso do WhatsApp.....	981
28.3. Direito à prova e cooperação jurídica internacional: A ADC 51 .....	983
29. A presunção de inocência e suas facetas .....	986
29.1. Aspectos gerais da presunção de inocência e o princípio acusatório no processo penal. A lei anticrime.....	986
29.2. A execução provisória ou imediata da pena criminal após o julgamento proferido em grau de apelação .....	989
30. Identificação criminal: o Banco Nacional de Perfil Genético e o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais.....	995
31. Ação penal privada subsidiária .....	998
32. Publicidade dos atos processuais.....	999
33. Prisão civil .....	1000
34. Assistência jurídica integral e gratuita .....	1000
35. Defensoria Pública .....	1001
35.1. Conceito, inserção constitucional e poderes .....	1001
35.2. Funções institucionais da Defensoria Pública.....	1003
35.3. Precedentes do STF .....	1004
36. O direito à duração razoável do processo .....	1005
37. Justiça de transição, direito à verdade e justiça.....	1006
38. Garantias fundamentais .....	1008
38.1. <i>Habeas corpus</i> .....	1009
38.2. Mandado de segurança.....	1012
38.3. Mandado de segurança coletivo.....	1013
38.4. Mandado de injunção.....	1017
38.5. <i>Habeas data</i> .....	1020
38.6. Ação popular.....	1022
38.7. Direito de petição.....	1025
38.8. Ação civil pública .....	1026
39. Direito à saúde.....	1027
39.1. Aspectos gerais.....	1027

39.2. Sistema Único de Saúde.....	1030
39.3. Jurisprudência do STF.....	1032
40. Sistema Único de Assistência Social.....	1036
41. Direito à educação.....	1037
41.1. Aspectos gerais.....	1037
41.2. O direito à educação democrática e o direito à educação emancipadora.....	1041
41.3. Jurisprudência do STF.....	1043
42. Direito à alimentação.....	1045
43. Direito à moradia.....	1046
44. Direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com transtornos mentais.....	1049
44.1. Direitos das pessoas com deficiência e a Lei n. 13.146/2015.....	1049
44.2. Direitos das pessoas com transtornos mentais.....	1056
44.3. Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.....	1057
45. Direito à mobilidade.....	1060
46. Direitos indígenas.....	1061
46.1. Noções gerais: terminologia.....	1061
46.2. Tratamento normativo até a Constituição de 1988.....	1063
46.3. Indígenas na Constituição. Competência. Ocupação tradicional. Aplicação da lei brasileira.....	1066
46.3.1. Aspectos gerais: os princípios e os dispositivos constitucionais..	1066
46.3.2. A vulnerabilidade agravada dos povos indígenas.....	1068
46.3.3. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e o “renitente esbulho”. O marco temporal da ocupação.....	1068
46.3.4. A jurisprudência da Corte IDH e a matéria indígena: o Diálogo das Cortes.....	1072
46.3.5. O direito à consulta livre e informada das comunidades indígenas e o respeito às tradições: o pluralismo jurídico.....	1074
46.4. Povos indígenas e comunidades tradicionais em face do Direito Internacional.....	1075
46.5. Autonomia e questão tutelar.....	1077
46.6. A demarcação contínua e as suas condicionantes: o caso Raposa Serra do Sol.....	1079
46.6.1. A demarcação das terras indígenas.....	1079
46.6.2. O Caso Raposa Serra do Sol e as condicionantes.....	1080
46.7. Direito Penal e os povos indígenas.....	1085
46.8. Aspectos processuais.....	1087
46.9. Questões específicas da matéria indígena.....	1088
47. Direito à nacionalidade.....	1089
47.1. Nacionalidade na gramática dos direitos humanos.....	1089
47.2. Nacionalidade originária e a Emenda Constitucional n. 54/2007.....	1091
47.3. Nacionalidade derivada ou secundária (adquirida).....	1093
47.4. Quase nacionalidade.....	1095
47.5. Diferença de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados.....	1097
47.6. Perda e renúncia ao direito à nacionalidade.....	1098
48. Direitos políticos.....	1102
48.1. Conceito: o direito à democracia.....	1102
48.2. Democracia indireta ou representativa, democracia direta e democracia semidireta ou participativa.....	1105
48.3. A democracia partidária: os partidos políticos.....	1107

48.4. Os principais institutos da democracia direta utilizados no Brasil.....	1115
48.5. Os direitos políticos em espécie: o direito ao sufrágio .....	1117
48.5.1. Noções gerais.....	1117
48.5.2. Capacidade eleitoral ativa: a alistabilidade.....	1119
48.5.3. A capacidade eleitoral passiva: a elegibilidade .....	1120
48.5.4. A capacidade eleitoral passiva: as inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais .....	1122
48.5.5. Direito à boa governança e o controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa: o caso Lula .....	1127
48.6. Perda e Suspensão dos direitos políticos.....	1131
48.7. A segurança da urna eletrônica e o direito ao voto seguro .....	1135
49. Direitos sexuais e reprodutivos.....	1137
49.1. A proteção dos direitos sexuais e reprodutivos .....	1137
49.2. Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Os direitos LGBTQIA+ .....	1141
50. Direitos dos migrantes.....	1146
50.1. Aspectos Gerais.....	1146
50.2. Histórico brasileiro do tratamento jurídico ao migrante.....	1149
50.2.1. Fase do estrangeiro como inimigo.....	1149
50.2.2. Fase do estrangeiro como imigrante e fator de desenvolvimento .....	1150
50.2.3. Fase do controle e xenofobia.....	1151
50.2.4. Fase da segurança nacional .....	1152
50.2.5. A CF/88 e a fase da igualdade e garantia.....	1153
50.3. A nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) .....	1154
50.3.1. Aspectos gerais da nova lei.....	1154
50.3.2. As principais características .....	1155
50.4. As medidas administrativas de retirada compulsória do imigrante .....	1160
50.4.1. Aspectos gerais .....	1160
50.4.2. A repatriação .....	1161
50.4.3. A deportação .....	1162
50.4.4. A expulsão .....	1163
50.5. A Portaria n. 770/2019 e a saída compulsória de estrangeiros por razões sérias de prática de crimes.....	1164
50.6. A detenção e o direito à notificação da assistência consular.....	1166
51. Direitos dos quilombolas .....	1167
52. Meio ambiente: o direito ao meio ambiente equilibrado .....	1169
52.1. Aspectos gerais.....	1169
52.2. A proteção do meio ambiente e suas fases.....	1170
52.3. O “esverdeamento” e a proteção reflexa dos direitos ambientais. O modelo da incidência direta. Os principais direitos humanos ambientais.....	1173
52.4. O reconhecimento dos direitos de titularidade dos animais não humanos e da natureza .....	1176
52.5. O racismo ambiental .....	1177
52.6. Jurisprudência.....	1178
53. Corrupção e os direitos humanos.....	1181
54. O direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.....	1184
55. COVID-19 e os direitos humanos .....	1189
55.1. A “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” (ESPII) e o novo coronavírus (COVID-19).....	1189



55.2. O balanceamento e as restrições aos direitos em tempo de pandemia. A manutenção das eleições e a Emenda Constitucional n. 107.....	1192
55.3. A vigilância epidemiológica e a restrição a direitos.....	1193
55.4. Direito à saúde como direito autônomo, independente da proteção ao direito à vida. O direito à assistência social na pandemia. A EC n. 109/2021 .....	1195
55.5. O direito à informação: da ocultação de dados à nova “Revolta da Vacina” .....	1197
55.6. A liberdade de locomoção (ir e vir), direito ao trabalho, livre-iniciativa, liberdade de religião e liberdade do exercício profissional .....	1198
55.7. ● direito à autodeterminação e à integridade pessoal: a vacinação e a internação compulsórias .....	1200
55.7.1. A recusa vacinal: a vacinação “obrigatória” e as medidas indiretas de indução à vacinação. O caso do “passaporte de vacinação” .....	1200
55.7.2. A vacinação obrigatória de crianças.....	1205
55.8. O uso obrigatório de máscara. Situações especiais .....	1206
55.9. A liberdade religiosa: o fechamento de lugares de culto e a cremação de cadáveres .....	1209
55.10. O direito dos povos indígenas, diálogos institucionais e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	1210
55.11. O direito dos migrantes e o fechamento das fronteiras.....	1211
55.12. A exigência de testagem a brasileiros e a proibição de ingressar no país .....	1215
55.13. Direito à privacidade (“MP do IBGE”) .....	1218
55.14. Direito à vida e à saúde dos presos.....	1219
55.15. Direito à vida e as incursões policiais em comunidades.....	1221
<b>Referências.....</b>	<b>1223</b>